

“Moderno é ser ancestral”: o movimento feminista antipílula e as fissuras do projeto de emancipação moderna¹

Ana Beatriz Rangel Pessanha da Silva²

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo investigar as narrativas antipílula (contraceptivos hormonais) em ascensão dentro do movimento feminista do Brasil, sua relação com os movimentos ecofeministas e com os dilemas corpo, natureza e cultura recolocados a partir de uma percepção de insuficiência da epistemologia moderna dentro do próprio discurso da diversidade gênero. Analisaremos também como essas narrativas colocam em xeque as noções de futuro, passado e emancipação, tensionando nossa estrutura temporal e a posição das ciências humanas das guerras culturais contemporâneas.

PALAVRAS-CHAVE: feminismos; gênero; natureza; cultura; futuro

"Os hormônios mudam o que é natural. Agora estou descobrindo como funciona o meu corpo, e não pretendo voltar nunca mais." Esse foi depoimento da atriz Juliana Campos, na matéria publicada pelo portal *Uol*, intitulada "Feminismo leva mulheres jovens a abandonar a pílula",³ publicada em novembro de 2016. Entre os fatores listados pela reportagem para o movimento feminino de recusa à contracepção hormonal estão a queda da libido (e outros efeitos colaterais nocivos) e a responsabilização desigual entre homens e mulheres pela contracepção. A pílula, que por muito tempo foi considerada uma conquista de autonomia sexual das mulheres, hoje vem passando por uma revisão de valores, sendo percebida por uma parcela de mulheres como uma forma de controle de seus corpos, um instrumento de prisão e não de liberdade.

Outras matérias veiculadas na imprensa nos últimos cinco anos vem registrando esse movimento de questionamento da pílula anticoncepcional e localizando-o sobretudo na faixa das mulheres jovens da classe média urbana. A revista *Isto é* também noticiou a nascente mudança de perspectiva em 2017, na matéria "Elas dizem não a

¹ Trabalho apresentado no GP Estéticas, políticas do corpo e gêneros, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Doutoranda PPGCOM/UFRJ

³ Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2016/11/24/feminismo-leva-mulheres-jovens-a-abandonar-a-pilula.htm>. Acesso em 6 jan 2020.

pílula”,⁴ enfatizando o crescente número de mulheres que se reúnem em grupos nas redes sociais para trocar experiências com o medicamento e alertar outras mulheres sobre os efeitos adversos e riscos de doenças graves, como trombose e AVC. A página “Vítimas dos anticoncepcionais”⁵ tem mais de 150.000 seguidores e reúne notícias, depoimentos pessoais e estudos sobre os problemas de saúde causados pela pílula. Com mais 15.000 seguidores, a página “Adeus hormônios”⁶ e o grupo “Percepção da Fertilidade e Contraceção Natural” incentiva as mulheres a suspenderem o uso do anticoncepcional e divulga informações sobre métodos alternativos de contraceção, sobretudo métodos “naturais” e não hormonais.

A reportagem⁷ de 2019 do jornal *El país* diz que a geração *millennial* (nascida entre os anos 1980 e 2000) “está promovendo uma revolução real ao dizer não à pílula anticoncepcional”, revelando uma queda de 5% no uso do medicamento. Mais uma vez, a matéria cita como fatores de recusa os efeitos adversos da pílula (em alguns casos mulheres associam a depressão ao uso do contraceptivo), a tomada de consciência sobre o próprio corpo (por quê tomar um medicamento se estou saudável?) e o feminismo (“o desenvolvimento de um anticoncepcional hormonal masculino foi suspenso devido aos possíveis efeitos secundários negativos: depressão e outros transtornos do estado de ânimo em 3% dos homens participantes nos estudos... Mas por que isso ocorreu se o percentual de mulheres afetadas por esses sintomas é muito maior e se, na verdade, a mulher tem uma só ovulação por mês, com duração aproximada de 48 horas, ao passo que o homem é fértil todos os dias?”). Se antes, ter a responsabilidade sobre a contraceção toda sobre si era percebido como uma possibilidade de autonomia e liberdade, hoje é visto como desigualdade e controle. Se, por um lado, a genética, a biomedicina e farmacologia avançam cada vez mais em direção à manipulação e otimização extensiva do corpo humano, movimentos sociais paralelos, como o de recusa à pílula, aparecem reivindicando um corpo “natural”, livre do controle biopolítico e até mesmo, em alguns casos, recuperando o ideal de corpo “sagrado”. Trata-se de uma reação de tipo “efeito colateral” ou uma camada de tempo que dá a própria espessura da pós-modernidade, revelando não só descontinuidades históricas, mas seu próprio *modus*

⁴ Disponível em: <https://istoe.com.br/elas-dizem-nao-pilula/>. Acesso em 6 jan 2020.

⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/vitimasdeanticoncepcionais/>. Acesso em 6 jan 2020.

⁶ Disponível em: <https://www.facebook.com/adeushormonios/>. Acesso em 6 jan 2020.

⁷ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/26/ciencia/1551209357_760518.html. Acesso em 6 jan 2020.

operandi? O objetivo deste trabalho é estudar o brevemente o movimento antipílula para tentar compreender algumas dessas questões.

No livro *A política da própria vida*, Nikolas Rose afirma que o trabalho genealógico, na esteira de como foi pensado por Michel Foucault, hoje, mais do que desestabilizar o presente e demonstrar sua contingência passível de remodelação, deve estar mais preocupado em desestabilizar o futuro, demonstrando que “não há único futuro inscrito em nosso presente” (ROSE, 2007, p. 18). Pra realizar uma cartografia do presente, argumenta Rose, é preciso reconhecer que “não nos encontramos em algum momento sem precedentes no desdobramento de uma única história. Ao contrário, vivemos no meio de múltiplas histórias. Tal como nosso presente, nosso futuro emergirá da intersecção de certo número de sendas contingentes que, à medida que se entretecem, podem criar algo novo” (ibidem). Nesse sentido, mapear as forças que correm paralelas e em disputa à história sempre em frente da ciência é um exercício de olhar as múltiplas histórias em operação, como também os futuros possíveis. O movimento de questionamento da contracepção hormonal coloca em disputa o que seria corpo feminino otimizado ou corpo feminino “do futuro”, assim como os próprios ideais de liberdade e saúde propostos pela ciência e pela medicina. Esse questionamento pode reforçar um outro ideal de saúde ou mesmo demandar uma otimização da própria medicina (inovações para a produção contraceptivos com menos efeitos colaterais e produção do contraceptivo hormonal masculino) ou recusar completamente a autoridade científica reativando um ideal de natureza e corpo “sagrado”, submetidos ao cuidado e autodisciplina individual, permeada, no entanto, pela construção de uma autoridade da “experiência” compartilhada pelos dispositivos técnicos de comunicação em rede.

Pílula anticoncepcional: breve histórico

A pílula anticoncepcional foi desenvolvida nos Estados Unidos em 1957 pelo cientista Gregory Pincus e pelo ginecologista John Rock, e financiada pela ativista feminista Margaret Sanger e pela bióloga e sufragista Katherine McCormick. Embora outros métodos contraceptivos já existissem (camisinha e diafragma), a lei americana até então proibía o acesso e a informação sobre a contracepção, e a maioria dos testes para o desenvolvimento do medicamento foi realizada em Porto Rico. A pílula foi lançada no mercado em 1960, a princípio como tratamento para distúrbios menstruais, mas cinco

anos depois já era amplamente prescrita pelos médicos como contraceptivo. Chegou ao Brasil em 1962 e na França em 1967. A historiadora Joana Maria Pedro destaca que no Brasil, assim como em outros países do terceiro mundo, a chegada da contracepção hormonal fez parte de políticas internacionais voltadas para a redução populacional. O Brasil foi considerado um dos países que ameaçava contribuir com a superpopulação do mundo, além de ser um foco de insurgência política dos pobres, sobretudo depois da Revolução Cubana, em 1959. Começaram a ser criadas organizações de ajuda ao continente latino-americano, que traziam como exigência a adoção de políticas de controle demográfico. Uma dessas organizações civis internacionais que atuaram no país foi IPPF — International Planning Parenthood Federation, que viria a financiar, a partir de 1965, a BEMFAM — Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil, responsável por fornecer gratuitamente contraceptivos às mulheres das camadas populares. As mulheres da classe média também aderiram ao consumo da pílula, e em 1980 o número de cartelas de anticoncepcionais vendidas no país chegou 40,9 milhões.

No artigo “A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração”, Joana Maria Pedro mostrou parte dos resultados de sua pesquisa recuperando a memória de duas gerações de mulheres – a geração nascida entre as décadas 1920 e 1930, e entre as décadas 1940 e 1950, que ela chamou de “geração pílula”. Os testemunhos orais demonstraram que “a vida reprodutiva da “geração pílula” começava com as pílulas, em geral acompanhada de enjos e problemas de circulação sanguínea, ou com o uso da tabelinha e do preservativo masculino; a seguir, passava pela laqueadura e, por fim, pela histerectomia e retirada dos ovários, prosseguindo com a reposição hormonal” (PEDRO, 2003, p. 250). Na geração 20-30, os relatos traziam maior preocupação com a posição da Igreja Católica a respeito dos contraceptivos e uma efetiva “inquirição do confessor” sobre suas vidas íntimas. A historiadora argumenta que, no Brasil, a possibilidade de usar pílula não foi resultado de uma luta coletiva à qual as mulheres se viam pertencentes e não consta em suas memórias como um fator determinante para sua autonomia. Nos depoimentos, ela aparece com “algo necessário para definir uma família de menor porte e, ao mesmo tempo, um perigo constante para a saúde” (ibidem, p. 253). Parte do movimento feminista brasileiro, inclusive, por conta do período ditatorial, se alinhou à Igreja Católica nas críticas à pílula anticoncepcional, alertando sobre os riscos para a saúde da mulher. Entre os argumentos de crítica elencados estavam: a justiça social como real solução para o

problema demográfico brasileiro; os possíveis riscos à saúde da mulher; as políticas de natalidade que visavam, na realidade, não deixar nascer os pobres. Esses posicionamentos entraram em conflito com a visão dos grupos feministas de brasileiras exiladas no exterior, sobretudo na França, com o Círculo de Mulheres de Paris, que depois da anistia retornaram trazendo outras concepções para o movimento.

As gerações posteriores, no entanto, a esse primeiro momento de introdução da pílula já entraram em contato com um medicamento de segunda e terceira geração, com uma dosagem menor de hormônios e menos (porém ainda presentes) efeitos colaterais. O medicamento deixou de ser apenas um método de controle de fertilidade para ser também uma “droga de estilo de vida”, como argumenta a pesquisadora Marina Nucci, no artigo “Seria a pílula anticoncepcional uma droga de “estilo de vida?”. Essa mudança de paradigma se dá na esteira de um processo, historicamente mais longo, de medicalização de condições da vida cotidiana que antes não eram consideradas da alçada médica, como a menstruação, a natalidade, a menopausa, envelhecimento e a própria sexualidade. Surgem então “as drogas de estilo de vida” que não se propõem a tratar condições patológicas, mas a aprimorar a vida, resolvendo problemas que poderiam limitar ou dificultar atividades humanas cotidianas. O anticoncepcional poderia ser enquadrado nesse campo de medicamentos pensados não para pessoas doentes, mas para mulheres saudáveis que querem controlar sua fertilidade. Mas não apenas. As pílulas de segunda e terceira geração prometem também regular o ciclo menstrual, diminuir a ocorrência de acne e os sintomas incômodos da tensão pré-menstrual, a TPM. A própria menstruação é uma escolha para as mulheres que usam a pílula, pois não há nenhuma razão médica para que ela ocorra sem a ovulação, interrompida pelo medicamento. A pausa de sete dias para que o sangramento ocorra, mimetizando a menstruação, foi pensada para que as mulheres se adaptassem mais facilmente à pílula, assimilando-a como um processo mais “natural”. No início do século XXI, os laboratórios responsáveis pela produção e comercialização das pílulas investiram em propagandas que vendiam o medicamento como um assessorio “adequado para o estilo de vida da mulher ativa” que poderia até mesmo escolher quantas vezes por ano teria o sangramento ou mesmo não sangrar em momento algum.

A introdução dos contraceptivos hormonais e suas altas taxas de eficácia trouxeram também desconfiança dos métodos caseiros desenvolvidos pelas próprias mulheres ao longo de sua experiência reprodutiva. A autoridade científica do método

hormonal dominou o imaginário das mulheres como aquilo que poderia oferecer segurança no gerenciamento e manipulação de seus corpos, um fenômeno, aliás, que não se restringe ao campo da saúde de mulher. Essa autoridade científica, no entanto, vem sendo questionada pelo discurso feminista atual antipílula como uma autoridade eminentemente masculina de controle e que muitas vezes esconde os reais riscos à saúde feminina. O resgate de métodos “naturais” ou tradicionais, como a percepção ativa da fertilidade são encorajados como forma de retomar o poder sobre o próprio corpo e não delega-lo a instituições ou autoridades médicas.

Movimento antipílula: feminismo, corpo saudável, corpo natural

Se as pílulas anticoncepcionais se tornaram “drogas de estilo de vida” otimizando o corpo feminino para as exigências da vida moderna – sem filhos, sem desconfortos e sangramentos cíclicos – ela passou a ser usada não só no corpo saudável passível de ser aprimorado, mas também como tratamento para doenças do sistema reprodutor feminino, como endometriose, ovários policísticos e miomas. A suspensão da ovulação através do contraceptivo se tornou a solução mais simples para as desordens do sistema reprodutor e a prescrição indiscriminada do medicamento acendeu um sinal de alerta para algumas mulheres que passaram a questionar o rumo da medicalização do corpo feminino. Dentro do movimento de recusa da pílula anticoncepcional, parte das mulheres, preocupada com os riscos à saúde, apenas substitui o método por outro que oferecesse menos riscos. Mas outro grupo faz dessa recusa uma militância por outro modo de entender autonomia, liberdade e a relação com corpo, reivindicando alternativas naturais de cuidado. A ginecologia natural vem ganhando uma pequena multidão de adeptas das redes sociais, com influenciadoras que resgatam conhecimentos tradicionais de cuidados relacionados à saúde feminina, bem como mitologias e ritualísticas espirituais do sagrado feminino, adaptadas aos contemporâneos discursos feministas.

Uma das páginas mais populares é a da ginecologista Bel Saide, a Ginecologia Natural, com mais 90 mil seguidores no Instagram e quase 100 mil no Facebook. A médica, formada pela UFRJ, depois de 11 de anos de trabalho como obstetra no SUS, começou a estudar os conhecimentos tradicionais da ginecologia natural e da naturologia, passando a oferecer tratamentos especializados e a divulgar informações

sobre o assunto em sua página pessoal. Apesar da formação e experiência com a medicina alopática, Saide questiona os métodos e abordagens puramente científicos, afastados de uma visão de saúde integrativa. Nos textos, publicados em seu site e nas redes sociais, mescla o conhecimento ginecológico com mitologias ancestrais e perspectivas que buscam manter certo lugar de mistério e sacralização do que foi dissecado pela ciência. No texto, “A medicina não conhece os mistérios da menstruação”, escreve:

A medicina convencional alopática ocidental é considerada a única ciência reconhecida no assunto saúde, mas isso não corresponde à total realidade. Ela também é fruto de nossa colonização europeia que nunca mentiu que objetivava nos dominar e explorar. Essa ciência que se baseia apenas em provas criadas por ela mesma, analisa os seres humanos como máquinas, grupos celulares racionalmente organizados e ignora fatores não físicos que nos influenciam e não reconhece a real potência dos corpos. Não seria surpresa percebermos o machismo contido nela, até por que há apenas algumas décadas começamos a ter mulheres permitidas a estudar e exercer a medicina. EXCELENTE FORMA DE CONTROLAR UM SER É CONTROLAR SEU CORPO. A ciência não está errada, de forma alguma. Agradeço aos céus por seus avanços que tantas vidas salvam. Ela apenas não conta a história toda. É limitada. A ciência pouquíssimo sabe sobre o ciclo menstrual e inclusive sobre seus mistérios.⁸

Ao mesmo tempo em que se reconhece os avanços e curas proporcionados pela medicina, questiona-se seus projetos políticos de gestão e controle dos indivíduos, e o fracasso em abarcar outras dimensões da existência, procurando recuperar uma dimensão mágica do corpo, algo que não pode desvelado ou dissecado pela técnica. Além de incentivar a descoberta e conhecimento do próprio corpo sem o uso dos hormônios sintéticos, a ginecologista sugere o resgate de antigos rituais de conexão com ciclo feminino, como o “plantio da lua”, ato de oferecer à terra o sangue menstrual. Ela descreve o processo como um exercício de “ressignificar a menstruação”: “aquilo que era sujo, nojento e vergonhoso se torna honra, amor e gratidão”.⁹

Esse discurso em ascensão, parte do movimento antipílula, coloca em operação um híbrido narrativo de passado, presente e futuro que, não pode ser considerado completamente novo – o feminismo dos anos 1960 também teve sua vertente new age espiritualista – mas que certamente, no contexto histórico atual sintomatiza outras complexidades temporais e problemáticas específicas do nosso presente. Outros exemplos seguem a mesma linha narrativa da página Ginecologia Natural, mas sem

⁸ Disponível em: <https://ginecologianatural.com.br/medicina-misterios-menstruacao/>. Acesso em: 6 jan 2020.

⁹ Disponível em: <https://ginecologianatural.com.br/plante-sua-lua/>. Acesso em: 6 jan 2020.

precisar da autoridade médica da ginecologista em desconstrução. A página Ginecologia Emocional, com mais de 180 mil seguidores, também incentiva as mulheres a suspenderem a contracepção hormonal, se reconectarem com o próprio ciclo e a descobrirem as conexões entre os problemas de ordem reprodutiva e suas questões de ordem psíquica e emocional. O ciclo menstrual é apresentado como a ferramenta fundamental de conhecimento do próprio corpo, capaz de sinalizar perturbações e doenças do plano físico e mental, que acaba ficando adormecida com o uso dos anticoncepcionais. Kareemi, a Facilitadora da Ginecologia Emocional e criadora da página, ressalta nos diversos posts que as mulheres que usam a pílula não possuem um ciclo menstrual “real”, apenas uma mimese, que não permite com que elas entrem em contato com a potência sagrada de seus corpos.

A página Pachamanas, com mais de 19 mil seguidores, se propõe a “retomar a sacralidade de diversos movimentos da vida cotidiana que se tornaram banais e fazem parte da vida contemporânea”,¹⁰ incentivando mulheres a resgatarem saberes ancestrais para autogestão de seus corpos e promovendo a “espiritualidade criativa”. No site e nas redes sociais, a criadora fornece informações sobre ervas utilizadas para tratamentos ginecológicos, energéticos e espirituais, antigos rituais de cura como a vaporização do útero e os banhos de assento, permeados por discursos feministas sobre empoderamento e liberdade sexual. O discurso ecológico também tem uma forte presença na visão de um corpo que não agride a si mesmo (como o uso de hormônios) nem a natureza com o uso de absorventes descartáveis. O uso de coletores menstruais, absorventes e calcinhas reutilizáveis (o que já tem se revelado um mercado em ascensão, oferecendo soluções tecnológicas para a preocupação ambiental) é encorajado como uma forma de estar harmonicamente integrada à natureza, mas também para desenvolver uma relação de honra ao corpo feminino:

Todo mês empacotar nosso sangue e descartar. Porque ele era sujo, porque menstruar era incômodo e quanto mais pudéssemos minimizar e disfarçar que estávamos sangrando, melhor. Melhor para quem? Sem esse questionamento, buscamos roboticamente produtos que minimizam o cheiro, que plastificam o corpo feminino e fornecem uma falsa sensação de libertação porque permitem nadar, correr e trabalhar APESAR DA menstruação. Como se NADA estivesse acontecendo em nosso corpo – como se devêssemos ser as mesmas, constantes, ao longo de todo mês. Como se a menstruação fosse apenas um detalhe, um acidente da natureza. Assim controlaram nossos corpos, nossa relação com nosso poder, com nossa autonomia e com nossa

¹⁰ Disponível em: <https://pachamanas.com.br/2017/03/15/mulheres-na-musica-e-no-mundo/>. Acesso em 6 jan 2020.

natureza cíclica. Fomos domadas e silenciadas. Mas felizmente, estamos fazendo o caminho de volta.¹¹

O resgate da “natureza cíclica” feminina aparece associado a um discurso feminista que passa a fazer uma revisão -- mesmo reconhecendo a necessidade histórica e a luta de suas antepassadas – das celebradas conquistas das mulheres modernas, como a própria pílula anticoncepcional, muitas vezes chegando à conclusão de que elas acabaram se submetendo a um paradigma masculino de organização social para alcançar seu lugar no espaço público, assim como uma suposta e desejada autonomia. Essas narrativas, no entanto, sugerem fazer o caminho oposto e revalorizar o que foi culturalmente rebaixado como “feminino” encontrando seus próprios termos de liberdade, não necessariamente vinculados ao que foi pensado como paradigma de uma modernidade entendida à luz da racionalidade científica.

Em um estudo sobre os círculos feministas espiritualistas, a pesquisadora Daniela Cordovil constatou que “religiões inspiradas em uma ressignificação de práticas antigas, que pregam um resgate do sagrado feminino a partir de símbolos alternativos à matriz judaico-cristã, exercem forte apelo nos meios urbanos.” (CORDOVIL, 2015, p. 445). Há um retorno a práticas espirituais, realizadas agora mais desprendidas de contextos religiosos dogmáticos, como forma de suprir o vazio deixado pelo fracasso das promessas de emancipação da razão e da técnica. Nos meios urbanos e de classe média, esse movimento se hibridiza com novos discursos políticos de autonomia, sobretudo dentro do movimento feminista. Pode-se argumentar, no entanto, que essa mesma força de resgate e questionamento dos ideais da modernidade se direciona nas classes populares, a religiões dogmáticas, visto a ascensão das igrejas neopentecostais.

“Moderno é ser ancestral”: as fissuras no projeto de emancipação moderna

O movimento feminista de questionamento da pílula anticoncepcional como bem revolucionário incontestável – que parecia ser até então – revela alguns sintomas sociais que podem ser valiosos para compreender nosso tempo. Num primeiro momento parece ser mais uma reivindicação de aprimoramento da medicina para oferecer um medicamento mais seguro e com “menos riscos” para o desejado corpo saudável. Aparece

¹¹ Disponível em: <https://pachamanas.com.br/2017/10/22/vai-de-copinho-ou-de-paninho/>. Acesso em 6 jan 2020.

também como reivindicação do feminismo contemporâneo por mais equilíbrio na divisão de responsabilidades entre homens e mulheres sobre a contracepção. Mas investigando mais extensamente os outros desdobramentos desse discurso nos exemplos trazidos ao longo deste trabalho, podemos perceber que correndo paralela e contagiosamente a esse movimento estão as narrativas de reativação de antigas mitologias de sacralização do corpo feminino, associadas a doutrinas espiritualistas, preocupações com a catástrofe ambiental e reivindicações políticas de autonomia e libertação dos sistemas de controle biopolítico.

O rol de críticas a serem feitas é extenso e dentro do próprio movimento feminista há uma série de discussões e embates sendo travados em relação à ascensão desse discurso. A ideia de resgate de uma “natureza feminina” a salvo dos hormônios sintéticos, uma “essência cíclica” que estaria sendo massacrada pela indústria farmacêutica muitas vezes entra em conflito com o princípio de desconstrução das categorias de essência e natureza feminina que foi sendo desenvolvido pelos estudos feministas ao longo do século XX e começo do século XXI. Houve inclusive todo um esforço epistemológico para “desnaturalizar” a categoria mulher, incluindo-a no tradicional polo cultura e, portanto, para muitas feministas, parece um total desserviço realizar a operação inversa, recuperando uma antiga unidade entre mulher e natureza.

Essa própria noção de “corpo natural” liberada dos meios técnicos de controle pode ser tensionada se pensarmos o próprio terreno em que essas narrativas ganham força: os dispositivos de comunicação em rede. O corpo natural, o sangue menstrual genuinamente experimentado e oferecido à mãe terra, a troca de experiências entre mulheres questionando as autoridades médicas é intensamente fotografado, compartilhado, agenciado por algoritmos e operadores discursivos de rede. A Natureza, mais do que uma dimensão dada de transcendência espiritual e polo criador de imaginários da catástrofe, se coloca como um dispositivo de produção de subjetividades. Com isso não quero aqui fazer a usual operação epistemológica de rebaixar as experiências da vida que nunca se colocam à altura dos conceitos, nem fazer julgamentos morais de categorizações de bom ou mau feminismo, discursos opressores ou libertadores. Parece mais interessante pensar como essas experiências dão notícia de um fenômeno histórico mais abrangente, que inclui um movimento de declínio da confiança na autoridade científica, na autoridade institucional (instituições política e mídia tradicional) e revisão das supostas conquistas da modernidade. Reconhecer um

substrato histórico em comum, no entanto, não significa colocar todos os fenômenos no mesmo saco – terraplanistas, ecofeministas antipílula, fakenews e ascensão das neopentecostais – mas tentar aprender o que cada uma dessas experiências demonstra sobre a espessura de tempo da pós-modernidade, que projetos modernos elas colocam em xeque e que alternativas de futuro estão virtualmente contidas em seus discursos.

Uma marca de roupas íntimas tecnologicamente produzidas para o período menstrual, dispensando o uso de absorventes descartáveis, recomendou um manual de ginecologia natural a suas clientes e publicou um texto em seu site intitulado “Moderno é ser ancestral”, relacionando as antigas formas de cura apresentadas pelo manual (fruto de uma pesquisa com curandeiras e parteiras latino-americanas) e a moderna mulher ecologicamente responsável que dispensa o uso de descartáveis ao experienciar os ciclos femininos conectados com a natureza. A frase pode não passar de um excelente slogan para vender calcinhas, mas não deixa de oferecer uma proeminente epítome das tensões temporais vividas na contemporaneidade.

A filósofa da ciência Isabelle Stengers demonstra em suas obras que o processo de afirmação das ciências modernas se deu a partir da obliteração de práticas consideradas irracionais e defende que a ciência do nosso tempo deve se conectar com essas práticas tidas como marginais e, assim, reativar aspectos experimentais, especulativos, criativos e combativos que lhes teriam sido tolhidos. A autora usa frequentemente o termo “*reclaim*”, traduzido como “reativar” para propor um “jogo que diz respeito não a um gesto nostálgico de repetição do passado, mas a ações e práticas situadas, norteadas pelo empirismo e pelo pragmatismo” (Stengers *apud* Sztutman, 2018, p. 4) e que buscam renovar o sentido de palavras como feitiçaria, magia e animismo tendo como horizonte a resistência política ao processo de unificação ontológica da modernidade. Esse movimento de reativação é crucial para pensar a tensão que se estabelece nos atuais movimentos feministas contemporâneos, em algumas linhas, notadamente a ecofeminista, que se engaja nos movimentos antipílula, e entra em conflito com epistemologia moderna que fundou o própria teoria feminista tradicional. O gênero se tornou uma das dimensões determinantes das chamadas guerras culturais atuais – a percepção de que sexo e gênero são diferentes aspectos da experiência se popularizou – e a defesa do polo cultura como antinatureza é um dos procedimentos mais recorrentes nas discussões entre progressistas e reacionários. A defesa da cultura como dimensão antinatureza é, aliás, um dos procedimentos mais

tradicionais das ciências humanas. As ecofeministas, porém, também em consonância com crise climática do presente, que recoloca a polo natureza sob a égide da catástrofe, recusam esse procedimento epistemológico e entram em conflito com seu próprio campo de discurso e atuação. Fica cada vez mais claro que a operação de desconstrução e desnaturalização das ciências humanas está encontrando um ponto de esgotamento diante dos desafios contemporâneos. Como argumenta Isabelle Stengers, no livro *No tempo das Catástrofes*, “o herói na epopeia crítica tornou-se pós-moderno” e a emancipação “parece se resumir à interminável tarefa – e aparentemente ainda mais sagrada pelo fato de ser interminável – de destruir cada reflexo, e sempre com o mesmo refrão “é construído!”” (2008, p. 108). As tensões nos campos discursivos e ativistas dos movimentos feministas demonstram bem esse dilema. Afirmar o caráter antinatural do gênero já não parece ser suficiente ou eficaz. Ao mesmo tempo, recorrer à restauração de uma relação com uma natureza perdida demonstra a complexidade da espessura temporal com que temos que lidar, para a qual o futuro já foi abortado enquanto imaginário de progresso e as imagens do passado seguem produzindo presentes-futuros.

O pesquisador Andreas Huyssen, no livro *Culturas do passado-presente*, defende que a pós-modernidade em vez de estabelecer uma relação de ruptura simples com a modernidade, tem uma espessura temporal muito mais complexa, que estabelece intensas relações não só com a memória, mas com a memória traumática. Segundo Huyssen, “as indústrias ocidentais da cultura juntaram um número cada vez maior de passados num presente simultâneo” (2014, p. 15). O autor concentra seu trabalho, sobretudo, na relação de memória e nostalgia que estabelecemos com a modernidade, de acordo com sua perspectiva: “temos saudade das ruínas da modernidade porque elas ainda parecem encerrar uma promessa que desapareceu da nossa era: a promessa de um futuro alternativo” (2014, p. 93). No caso das narrativas dos feminismos contemporâneos associadas ao sagrado feminino a que nos referimos, a relação de memória e nostalgia com o passado não se dá exatamente com um evento moderno (o feminismo dos anos 1960) ou pré-moderno, mas com um passado ainda mais remoto, do qual não se tem nem uma concreta evidência histórica: as sociedades matriarcais, onde todas éramos bruxas, com seus poderes reconhecidos, integrados à natureza e intocados pelo terror do patriarcado. O desencanto com as promessas de emancipação da modernidade aparece não exatamente como nostalgia, mas como questionamento de um

feminismo que aderiu completamente a um paradigma de desenvolvimento masculino para a libertação das mulheres.

No entanto, mais do que fazer uma melancólica e restauradora crítica que busca reconduzir a necessidade da razão moderna, me parece mais interessante apreender que possibilidades de futuro tais fissuras temporais ensejam. A pesquisadora Fabiane Borges, que trabalha dentro do campo de saberes do tecnoxamanismo tem estudado o termo “ancestrofuturismo” como um operador metodológico para pensar a oportunidade histórica que a crise contemporânea das visões de futuro oferece para pensar um projeto por vir fora da linearidade temporal forjada pela modernidade e do antropocentrismo. Segundo a autora: “Ao contrário de se perceber na conjunção das palavras ancestro + futurismo a tentativa de criar um monismo, ou uma unidade, o que se pretende aqui é ativar seus sentidos, de modo que se perpassem, se conectem, se entremeiem, que gerem outros conceitos e práticas e não paralisem numa divisão ou numa união irresponsável, onde só uma das partes sobreviveria.” A necessidade, ou a possibilidade, de pensar a partir desse novo paradigma, de acordo com Borges, viria sobretudo da percepção de uma incompatibilidade entre o futuro pensado pela modernidade e o futuro verificável na contemporaneidade. Estamos vivendo atualmente, de acordo com essa perspectiva:

“O retorno do “irracional ou monstruoso” (que) dialoga enormemente com o mundo espectral que volta a povoar o pensamento no contemporâneo, exatamente porque diante das catástrofes ambientais, o “horror” aparece como sensação de fundo e o horror é povoado por existências espectrais que foram retiradas a duros golpes da arena cultural através da inquisição católica no ocidente, e logo depois através do projeto de desenvolvimento científico/tecnológico que aparece fortemente a partir do renascimento”.

Os movimentos de reativação de mitologias de sacralização do corpo, como vimos ao longo deste trabalho, são parte de um “retorno monstruoso” que coloca em operação não só espectros do passado, mas fabulações de outros futuros, acossados pelo imaginário da catástrofe contemporânea. Resta saber se nas árduas disputas narrativas e algorítmicas do presente, esses e outros movimentos serão capazes de produzir novas e antigas fabulações de um futuro que fuja dos ideais civilizatórios promovidos pelo antropocentrismo, como destacou Fabiane Borges, ou se seguirão repetindo os melancólicos ideais da humanidade moderna.

REFERÊNCIAS

- BORGES, F. **Ancestrofuturismo: Cosmogonia livre & Rituais faça você mesmo**. Maio, 2016. Disponível em:
https://tecnoxamanismo.files.wordpress.com/2016/05/ancestrofuturismo-cosmonialivre-rituais-diy-portugues_fabiborges-revisado1.pdf
- CABRAL, C.S. **Articulações entre contracepção, sexualidade e relações de gênero**. Saúde social, vol.26, n.4, pp.1093-1104, 2017.
- CORDOVIL, Daniela. **O poder feminino nas práticas da Wicca: uma análise dos “Círculos de Mulheres”**. Estudos Feministas, Florianópolis, 23(2): 352, maio-agosto/2015.
- FOUCAULT, M. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HUYSSSEN, Andreas. **Culturas do passado-presente**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.
- NUCCI, M. **Seria a pílula anticoncepcional uma droga de “estilo de vida”?** Ensaio sobre o atual processo de medicalização da sexualidade. Sexualidad, Salud y Sociedad, Rio de Janeiro, n. 10, abr. pp. 124-139. 2012.
- PEDRO, J. M. **A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 23, n. 45, p.239-260, jul. 2003.
- ROMANDINI, F. L. **Comunidade dos Espectros**. Santa Catarina: Cultura e Barbárie, 2012.
- ROSE, N. **A política da própria vida**. São Paulo: Palus, 2013.
- SANTOS, A.C.A. **‘Adeus, hormônios’**: concepções sobre corpo e contracepção na perspectiva de mulheres jovens. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2018.
- STENGERS, Isabelle. **No tempo das catástrofes**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SZTUTMAN, Renato. **Reativar a feitiçaria e outras receitas de resistência** – pensando com Isabelle Stengers. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 69, 2018, p. 338-360.